

## AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

### LEGISLAÇÃO RELEVANTE

<a href="#">Decreto-Lei n.º 30/2022, de 11 de abril</a>	Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, revogando o DL n.º 103/2015 e o Despacho n.º 9594/2015
<a href="#">Portaria n.º79/2022, de 3 de fevereiro</a>	Define o regime aplicável à gestão de efluentes pecuários, revogando as portarias n.º 631/2009 e 114-A/2011.
<a href="#">Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 dezembro</a>	<b>Novo Regime Geral de Gestão de Resíduos</b>
<a href="#">Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto</a>	Estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização
<a href="#">Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2019, de 1 julho</a>	<b>Programa Nacional de Regadio</b>
<a href="#">Resolução do Conselho de Ministro nº 133/2018, de 12 outubro</a>	<b>Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica</b>
<a href="#">Despacho nº 1230/2018, de 5 de Fevereiro</a>	<b>Código de Boas Práticas Agrícolas para proteção das águas contra a poluição de nitratos de origem agrícola</b>
<a href="#">Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2017, de 27 de julho</a>	<b>Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)</b>
<a href="#">Resolução do Conselho de Ministros nº 69/1999, de 9 julho</a>	<b>Programa Nacional de Combate à Desertificação</b>
<a href="#">Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2014, de 24 dezembro</a>	Atualização do Programa Nacional de Combate à Desertificação
<a href="#">Decreto-Lei nº 84/2018, de 23 Outubro</a>	Fixa os compromissos nacionais de redução das emissões de certos poluentes atmosféricos, transpondo a <a href="#">Diretiva (UE) 2016/2284</a>
<a href="#">Portaria nº 374/2015 de 20 de outubro</a>	Procede à primeira alteração à <a href="#">Portaria n.º 25/2015</a> , de 9 de fevereiro, que estabelece o regime das ações n.ºs 7.1, «Agricultura biológica», e 7.2, «Produção integrada», à primeira alteração à <a href="#">Portaria n.º 50/2015</a> , de 25 de fevereiro, que estabelece o regime das ações n.ºs 7.4, «Conservação do solo», 7.5, «Uso eficiente da água», 7.6, «Culturas permanentes tradicionais», 7.7, «Pastoreio extensivo», 7.9, «Mosaico agroflorestal», e 7.12, «Apoio agroambiental à apicultura», à primeira alteração à <a href="#">Portaria n.º 55/2015</a> , de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação do apoio «Manutenção de raças autóctones em risco», da ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», à segunda alteração à <a href="#">Portaria n.º 56/2015</a> , de 27 de fevereiro, que estabelece o regime da ação n.º 7.3, «Pagamentos Rede Natura», e à primeira alteração à <a href="#">Portaria n.º 24/2015</a> , de 9 de fevereiro, relativa à medida n.º 9, «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas», do PDR 2020

<a href="#">Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 julho</a>	Estabelece o Quadro Estratégico para a Política Climática; o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
<a href="#">Decreto Lei nº 103/2015, de 15 de junho</a>	Colocação de matérias fertilizantes não harmonizadas no mercado nacional
<a href="#">Portaria nº 50/2015, de 25 fevereiro</a>	Promove a adoção de boas práticas agrícolas para conservação do solo
<a href="#">Despacho Normativo nº 6/2015, de 20 Fevereiro</a>	Estabelece os requisitos legais de gestão e as normas mínimas para as boas condições agrícolas e ambientais das terras
<a href="#">Decreto-Lei nº 37/2013, de 13 março</a>	Procede à primeira alteração ao <a href="#">Decreto-Lei nº 256/2009</a> , de 24 de setembro, que estabelece o regime das normas técnicas aplicáveis à proteção integrada, à produção integrada e ao modo de produção biológico, conformando-o com a disciplina da <a href="#">Lei nº 9/2009</a> , de 4 de março, e do <a href="#">Decreto-Lei nº 92/2010</a> , de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas nºs <a href="#">2005/36/CE</a> , de 7 de setembro, e <a href="#">2006/123/CE</a> , de 12 de dezembro, relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e aos serviços no mercado interno
<a href="#">Portaria nº 259/2012, de 28 de agosto</a>	Programa de Ação para as Zonas Vulneráveis de Portugal Continental
<a href="#">Portaria nº 164/2010, de 16 de março</a>	Aprova a lista das zonas vulneráveis e as cartas das zonas vulneráveis do continente
<a href="#">Portaria nº 631/2009, de 9 de junho</a>	Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos
<a href="#">Decreto-Lei nº 256/2009, de 24 de setembro</a>	Princípios e orientações para a prática da proteção e produção integradas e de agricultura biológica
<a href="#">Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro</a>	Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº <a href="#">86/278/CEE</a> , do Conselho, de 12 de junho
<a href="#">Despacho Conjunto nº 626/2000, de 6 de junho</a>	Determina quais os procedimentos a tomar para uso das águas rússas na rega de solos agrícolas
<a href="#">Decreto-Lei nº 68/99, de 11 de março</a>	Altera o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º <a href="#">91/676/CEE</a> , do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola Altera o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro
<a href="#">Decreto-Lei nº 235/97, de 3 de setembro</a>	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 91/676/CEE (EUR-Lex), do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.